

RESPOSTA ESPERADA PRELIMINAR DA PROVA DISSERTATIVA

Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento dos cargos de
Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT

CARGO: SOCIOLOGIA

ÁREA DE ATUAÇÃO: SOCIOLOGIA

CAMPUS DO IF GOIANO: CERES – GO

Questão 01

TEMA SORTEADO: 9. Desenvolvimento, modernização e dualismo na agricultura brasileira

Espera-se que a resposta discorra sobre Desenvolvimento, modernização e dualismo na agricultura brasileira, levando em conta dados e discussões contemporâneas sobre o tema. Em linhas gerais é imprescindível assinalar o fato de que a agricultura tem sido um elemento fundamental para a economia nacional, desde o início da ‘colonização’ do país por Portugal. Ainda que experimentando uma grande variedade de arranjos marcados por uma enorme diversidade interna (sobre as quais atuaram diferentes escalas geográficas, históricas e clivagens sociais); a agricultura foi – e continua sendo – responsável por grande parte da riqueza nacionalmente produzida. De forma que qualquer perspectiva teórica sobre o país só possa viabilizar-se a partir da leitura crítica acerca das condicionantes de seu desenvolvimento econômico, profundamente dependente das atividades agrícolas.

A resposta deverá indicar a diversidade de perspectivas teóricas que se debruçaram sobre nosso passado colonial e imperial, caracterizando as diferentes estratégias produtivas e de ocupação territorial: o pau-brasil, a cana-de-açúcar, as drogas do sertão, a pecuária, a borracha, o café etc.; demonstrar como tal processo se deu assentado sobre relações de escravização de indígenas, africanos e brasileiros não-brancos; emulando nos trópicos um poder político local masculinizado.

A modernização da agricultura brasileira articulou-se com um processo de modernização política que, no entanto, não rompeu com as rígidas hierarquias sociais herdadas do passado colonial e imperial (o que foi caracterizado por muitos(as) autores(as) como ‘modernização conservadora’). Ao longo do século XX a modernização agrícola se deu dependentemente, ora dos capitais ora dos mercados internacionais, ora de ambos; experimentando após a ‘revolução verde’ (intensificada a partir da década de 1960) a intensificação de processos de diversificação e expansão agrícolas. Verificou-se a partir de então a crescente introdução de novas tecnologias, tais como: máquinas e implementos, fertilizantes e pesticidas, sementes geneticamente modificadas

etc. Como resultado ocorreu uma significativa intensificação da produtividade e da eficiência agrícolas, consolidando o país como um dos maiores produtores e exportadores de commodities agrícolas.

Será necessário ainda demonstrar que, apesar dos avanços econômicos e dos saltos de produtividade, a modernização também acabou por intensificar o dualismo na agricultura brasileira, fazendo com que as antigas oposições entre grandes e pequenos produtores se convertessem numa acentuada dicotomia entre a agricultura familiar tradicional e a agricultura empresarial (agronegócios). Assim, atualiza-se e aprofunda-se entre nós a coexistência e interrelação entre sistemas de produção e modos de vida cada vez mais distintos e distantes. Em sua forma hodierna, o dualismo só pode ser compreendido como resultado dos processos de modernização que beneficiam, tendencialmente, as culturas de exportação e aquelas associadas a indústrias de processamento por meio do acesso constantemente facilitado – inclusive por ações governamentais e políticas públicas – a crédito, investimentos, tecnologias e insumos. Em contrapartida, a agricultura familiar tradicional, por ser uma cultura tipicamente alimentar, tende a se ‘modernizar’ mais tardiamente.

Por fim, espera-se que a resposta permita inferir que o dualismo na agricultura para além de referir-se a diferenças no desenvolvimento tecnológico e suas implicações econômicas, também interfere sobre outras dimensões, reforçando por vezes um padrão de desenvolvimento não promotor de sustentabilidades econômicas, sociais e ambientais. A resposta deverá demonstrar que é indispensável discutir caminhos de desenvolvimento econômico e social que integrem práticas agrícolas tradicionais e seus modos de vida, colaborando com a efetiva construção da equidade social e da preservação ambiental.

Questão 02

TEMA SORTEADO: 4. A relação entre educação e o mundo do trabalho.

Espera-se que a resposta discorra sobre a relação entre educação e mundo do trabalho, de tal forma a mobilizar complexos categoriais e conceituais presentes nos quadros teóricos analíticos desenvolvidos tanto pelos teóricos da sociologia clássica quanto contemporânea. Tratar-se-ia de estruturar a análise no núcleo central mediativo presente no complexo de relações sociais estabelecidas entre trabalho e educação. Nesse sentido, objetiva-se apresentar tipo, forma e conteúdo do fenômeno social, de tal forma a compreender como se institucionalizou o processo educativo no âmbito da sociabilidade burguesa, a partir da dupla modernidade instaurada pela revolução francesa e revolução industrial. Tratar-se-ia de tipo particular de sistema educacional racionalizado e profundamente articulado e submetido ao mundo do trabalho. Assim sendo, produzir níveis de conhecimento e entendimento acerca da relação entre educação e mundo do trabalho implica necessariamente em compreender o complexo de relações sociais estabelecidas entre classes sociais, capitalismo e Estado nacional. Neste sentido, a resposta deve analisar como o campo educacional, mediante a formação integral, ou seja, a formação nos campos da moral, da ética, do fazer prático, da criação intelectual, artística, da afetividade, da sensibilidade, da emoção, formação do indivíduo/sujeito em todas as suas dimensões, inclusive na preparação para as demandas requisitadas pelo mundo do trabalho. Importante destacar a distinção pela opção/categoria “mundo do trabalho” e não “mercado de trabalho”.

A resposta poderá inferir como o regime de acumulação capitalista vigente intensifica a geração de pobreza, o aumento cada vez mais acentuado do desemprego, precariza as relações de trabalho e estimula a violência constante contra os sujeitos subalternizados (mulheres, crianças, população de baixa escolaridade etc.); fatos que podem impactar a atuação do campo educacional

mediante oferta de novos cursos, reformas curriculares e o atendimento das demandas dos arranjos produtivos locais/regionais. No caso brasileiro, a formação social fora constituída a partir do binômio colonialismo/escravismo que forjou um tipo particular de classe trabalhadora heterogênea e multiétnica, de tal forma a colocar na ordem do dia a interseccionalidade entre classes sociais, gênero e relações étnico-raciais, como núcleo mediativo central de compreensão das desigualdades sociais e da democratização do país; por outro lado, forjou uma classe dominante antidemocrática e antipopular. Em tal quadro, constituiu-se um tipo particular de capitalismo dependente e associado, institucionalizado por um Estado (sem nação) estruturado no exclusivismo político. As características em questão instituíram um tipo particular de modernização conservadora. Tais processos, no âmbito das instituições educacionais forjaram sistemas educacionais marcados pela dualidade estrutural educacional, como forma de perpetuar desigualdades sociais estruturais profundas. Ao mesmo tempo, forjou um tipo particular de mundo do trabalho estruturado no trabalho alienado, precário, informal e intermitente, como forma de aumentar os níveis de exploração de grandes contingentes populacionais superempobrecidos. Sob a égide do neoliberalismo, recolocou-se como núcleo central mediativo o neocolonialismo, com impactos diretos tanto no sistema educacional quanto no mundo do trabalho, visto que redesenhou a classe trabalhadora de “cima para baixo”, impondo uma nova morfologia do trabalho. A análise poderá recortar/questionar como as pedagogias dominantes relativas à concepção taylorista-fordista são dúbias e/ou contraditórias pois, ora privilegiavam a racionalidade formal, ora enfatizavam a racionalidade técnica, o que impacta no processo ensino-aprendizagem e na atuação das redes de oferta (privada, estadual, federal etc.). A resposta poderá aproximar-se da teoria do capital humano cuja aposta se efetiva “na contribuição da educação para o processo econômico produtivo”. Esse campo teórico-conceitual defende que se o indivíduo não consegue a responsabilidade é dele, pois o que limita/exclui do processo é o fato de possuir limitações, reforçando aquelas de natureza formativa/qualificação/domínio de técnicas. Nesse sentido, espera-se que a/o candidato(a) desenvolva reflexões acerca do sistema educacional brasileiro e sua relação com a nova morfologia do trabalho, bem como desenvolva um conjunto de relações sociais complexas estabelecidas entre classes sociais, capitalismo e Estado nacional, tendo como núcleo central mediativo a questão da democratização das instituições públicas brasileiras, particularmente as educacionais. Tratar-se-ia de evidenciar o papel de uma classe trabalhadora heterogênea e multiétnica, na democratização do sistema educacional brasileiro, em um cenário de globalização e neocolonialismo.

A discussão pode inferir que a educação escolar deve priorizar uma formação do aluno trabalhador que rompa com o treinamento em alguma técnica ou profissão, ou seja, deve possibilitar o desenvolvido das atividades intelectuais, fundamentadas em princípios éticos e estéticos, com apropriação dos conhecimentos clássicos, enfim, que assegure a emancipação humana. A análise deve indicar como as recentes alterações na legislação trabalhista e/ou educacional são iniciativas do Estado e dos agentes privados que regulam o dito “mercado” (Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista, Reforma Tributária, Reforma da Previdência e Reforma da Educação Técnica/Tecnológica/Superior), impactam na relação educação e mundo do trabalho (extinção e alteração de cursos/percursos formativos), dinâmica própria do modo de produção capitalista flexível. A resposta do candidato pode atenuar esse quadro com a indicação da oferta de uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente Referenciada, apresentando alternativas de práticas político-pedagógicas que ensinem/eduquem para o mundo do trabalho, e que efetivamente crie possibilidades de percursos formativos inseridos na perspectiva de emancipação dos sujeitos/classe trabalhadora.

